

HIGIENIZAR É PRECISO: INSALUBRIDADE E MEDICALIZAÇÃO NA PARAHYBA IMPERIAL

Maria da Penha Silva

Graduada em História na UVA e
Integrante do Grupo de Pesquisa
Sociedade e cultura no Nordeste
Oitocentista/DH-UFPB
penhasilva1@gmail.com

Solange P. Rocha

DH/PPGH/UFPB (Orientadora)
banto20@gmail.com

O Brasil Imperial foi acometido por sucessivas epidemias ao longo do século XIX, quando estas dizimaram populações em pânico, já castigadas por outras dificuldades do cotidiano. Não seria diferente na Parahyba, que sofreu tanto com o infinito rol de doenças que castigavam adultos e crianças, como também com os vários surtos epidêmicos, num cenário que ressaltava bem a fragilidade das vidas humanas, tendo em vista o alto índice de morbidade e de mortalidade da época.

No decorrer do século XIX, o cenário urbano da Cidade da Parahybavai sendo modificado pelo crescimento demográfico causado pelo alto contingente de retirantes fugidos das secas ocorridas na Província. O aumento desse contingente populacional produz o aumento do desemprego, má qualidade de vida e, agregado a isso, os problemas sanitários da cidade, visto que a mesma possuía uma frágil infra-estrutura. Todos esses fatores contribuíram para o desenvolvimento de epidemias e a população, principalmente os pobres são os que mais sofreram, eles foram apontados como elementos suspeitos por disseminarem pela cidade suas mazelas e condições miseráveis que certamente não combinava em nada com as aspirações desejadas para o remodelamento da mesma.

As doenças ditavam as formas de morrer, agravando-se ainda mais quando ocorriam de maneira demasiada como as epidemias com seus constantes surtos. Lembrando, que desde o período colonial, o Brasil foi vítima de sucessivas epidemias: tuberculose, febre

amarela, varíola, lepra, sarampo, febre tifoide, mal de chagas, beribéri, malária, coqueluche, cólera e escarlatina, que constituíam o quadro de fragilidade da saúde dos indivíduos do cotidiano brasileiro (ALMEIDA, 1993: 290)

A preocupação com a salubridade pública é notável nas falas dos presidentes de província, a exemplo de José Vicente de Amorim Bezerra, que era o governante da província em 1850, quando a febre amarela era campeã dos horrores:

Encontrei as ruas menos públicas e becos desta cidade quase obstruídos de pútrido lixo e temendo as malignas influencias de tão prejudiciais miasmas principalmente em hum tempo pestifero, tratei com todo vigor de activar aos fiscais, empregando nesse serviço, de assear a cidade, os presos sentenciados e removendo aqueles depósitos de esterquilineos, que muito depunham contra os empregados da Camara (RPP,1850).

A salubridade pública não era lisonjeira na Parahyba, morria-se a vontade, as doenças quebravam os simbolismos, principalmente em períodos de surtos epidêmicos, e as pessoas, principalmente as pobres, eram vistas como agentes causadores e disseminadores dos males, sendo assim, era necessário observar essa população vista como culpada, era preciso uma forte fiscalização no sentido de “educar” as pessoas de forma que elas se enquadrassem nesse processo e modelo de “civilização” tão almejado naquele momento.

Desta forma, o imaginário popular, no século XIX, quando se acreditava nas teorias de contágio e dos miasmas é alimentado pelo desconhecimento das causas dos males, impotência da medicina, súplicas, preces, desânimo e, sobretudo, medo do contágio. É exatamente este medo do contágio e o desconhecimento das causas das doenças que vai gerar o temor em relação à aproximação de outros, ou seja, daqueles considerados doentes ou propensos a adoecer, principalmente os pobres e desempregados, favorecendo desta forma, a exclusão e a segregação na cidade.

A documentação utilizada, (Relatórios de Presidentes de Província), traz indícios de que a contratação de médicos é sempre apontada como uma necessidade urgente não apenas para a Cidade da Parahyba, como também para toda a província. No ano de 1855, o Secretário do Governo da Parahyba em comunicação com a Corte Imperial reclama que “sendo mui sensível n’esta Província a falta de um médico, a ausência do sobredito Dr. deixa n’ella um vácuo impossível aqui de preencher” (RPP. 11 de julho de 1855) e

conclui rogando que o Ministério tenha a honra de providenciar a verba necessária para que tal falta seja preenchida, a fim de que seus habitantes sejam “socorridos em suas necessidades pelos benefícios da Medicina, agora principalmente que, segundo me parece, somos ameaçados da terrível epidemia de cholera-morbus”.

Em 1856, além da cólera, a peste de bexigas continuava a fazer vítimas, embora houvesse uma diminuição considerável no número de mortos se compararmos com anos anteriores. Diminuição esta, atribuída pelas autoridades, a algumas melhorias nos hábitos higiênicos dos habitantes.

Irineo Pinto descreve a situação da cidade em relação a essa epidemia da cólera na Revista do Instituto Histórico e Geográfico. Relata que “os governos cômicos de sua missão e responsabilidades, punham em prática as medidas mais necessárias e apontadas pela sciencia, para não só abortar o mal, se fosse possível, como também o receber no caso da invasão” (PINTO, 1910, p. 117). No entanto, estas medidas “apontadas pela ciência” não foram tomadas por parte da população, ou do governo, nem tampouco diminuíram a força do surto epidêmico que assolou a cidade neste ano. Ainda de acordo com Pinto (1910) “nada, porem, domou a vinda de tão inoportuno mensageiro da morte, cuja entrada em nosso paiz trouxe o seu cortejo de lágrimas e dores, aniquilando tantas vidas” (Idem, p. 118). Tal situação exigiu que o Presidente da Província comunicasse ao Ministério do Império não ser possível que os facultativos

possão socorrer a todos os affectados, diariamente, principalmente achando-se gravemente enfermo da epidemia o Estudante de Medicina [...] os medicamentos continuão a escacear pelas grandes remessas que tenho sido obrigado a faser para o interior, e pelo grande consumo que tem tido n’esta Capital, cuja mortalidade, apesar de todos os socorros chegou individuos, em uma população tão pequena. (Correspondências 17 de março de 1856)

Eram tempos difíceis na Parahyba, a falta de estrutura, de conhecimento a respeito dos diagnósticos, e a expressividade com que as doenças dizimavam a população, gerava verdadeiro desespero, não apenas da grande massa de indivíduos pobres afetados mas, também, causava desorganização política e econômica. As autoridades continuavam a colocar na população a culpa pela proliferação das doenças, e pela falta de higiene. Segundo as mesmas, a precariedade higiênica da capital da província decorria em parte

do comportamento de seus habitantes, que despejavam seus excrementos a céu aberto, favorecendo a proliferação de moscas, mosquitos e doenças.

No século XIX as capitais brasileiras precisaram organizar seus espaços públicos no intuito de proporcionar um ambiente mais saudável para seus habitantes. E a Cidade da Parahyba não estava fora desse contexto, pois entre as suas principais carências estava a falta de saneamento básico, que contribuía decisivamente para a proliferação de inúmeras doenças. Tal observação é feita por José Américo de Almeida, que em sua obra a Paraíba e seus problemas, denuncia o problema da falta de saneamento como sendo responsável pela grande quantidade de epidemias que assolou a Paraíba no oitocentos.

Era preciso justificar as causas dos acontecimentos sociais, e as doenças eram um desses acontecimentos. Portanto, as ideias higienistas precisavam ser postas em prática, e a Parahyba, dentro do contexto nacional precisou adaptar-se aos novos ideais de um processo civilizador que imbuído num modelo europeu de civilização e progresso a fez adaptar-se as normas, regras e imposições. Em tempos de epidemia, as camadas das elites, entendiam que todo o mal era proveniente das camadas inferiores e que os focos pestilenciais estavam localizados nos espaços pobres espalhados pela cidade e assim, a ideia dos médicos e das elites locais é de que os pobres representavam uma ameaça e suas moradias foram tidas como agentes irradiadores dos males estabelecendo-se dessa forma uma correlação entre as condições de vida e saúde física e moral dos indivíduos.

As práticas permeadas pela ideia de higiene e salubridade pública configuram-se aos poucos com a ideia de uma medicina que policiava, onde a prevenção de doenças e a mudança no comportamento das pessoas eram impostas de forma arbitrária e prepotente, a medicina passa a atuar como “polícia da cidade”. A lista do que deveria ser mudado nos costumes da população vai desde aspectos arquitetônicos da cidade, até práticas higiênicas de cunho pessoal. Somente aceitando tais ideias é que seria possível abandonar o suposto barbarismo colonial.

No início do século XIX, as questões relacionadas a higiene, fruto de um saber médico gradativamente valorizado e difundido no país, ressaltam também, as preocupações

com a insalubridade atribuída a aproximação física dos mortos, e os mesmos passam a ser vistos como perigosos, possíveis causadores de doenças.

Num cenário de miséria, de amontoamento de seres humanos em situação deplorável e fugida da seca e da fome, as doenças encontram espaço para sua propagação, gerando um aumento considerável no número de óbitos. Doença passou a ser associada a contágio, e assim, de associação em associação, o doente contagioso tornou-se o morto contagioso, que deveria ser levado para longe. Doença e morte passaram a caminhar lado a lado, no mesmo campo semântico, no mesmo terreno perigoso.

Portanto, pensarmos questões referentes às doenças na cidade da Parahyba, onde essas, foram agentes desestruturantes da sociedade, podemos perceber como as ideologias higienistas e as ideias de um processo civilizatório criaram, através da medicina social, elementos disciplinadores e arbitrários visando tratar a população através de medidas impostas pelos códigos de posturas, polícia médica e comissões de higiene, que apontam os pobres como culpados pela proliferação dos males epidêmicos, daí a necessidade de medicalizar e controlar a sociedade, lançando um olhar especial para essa população pobre que segundo a ideologia da higienista constituem um perigo social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Elpídio. **História de Campina Grande**. Edição Fac- Similar. Campina Grande: Epgraf, 1993.

ALMEIDA, Horácio de. **Brejo de Areia**. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1980.

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1978, vol.2.

CASTRO, Oscar Oliveira de. **Medicina na Paraíba**. João Pessoa: A União, 1945.

CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril: Cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Cia. das Letras. 1996.

MACHADO, Roberto. **Danação da Norma**: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

PAGGOTO, Amanda Aparecida. **Do âmbito sagrado da igreja ao Cemitério público: transformações fúnebres em São Paulo (1850-1860)**. Imprensa oficial: São Paulo, 2004.

PINTO, Irineo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba**, 1910.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil doséculo XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

FONTES UTILIZADAS:

Relatórios de Presidentes de Província.

Relatório da Santa Casa de Misericórdia.

Revistas do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. João Pessoa- PB.